

# Testando Teorias da Referência<sup>1</sup>

Michael Devitt

The City University of New York - The Graduate Center

Tradução: Felipe Amaral

“Semântica, estilo transcultural”, uma importante peça de “filosofia experimental” de Edouard Machery, Ron Mallon, Shaun Nichols e Steve Stich (2004), testou teorias da referência diante das intuições de referência de estudantes de graduação. O que quer que concluamos sobre a relevância de seus resultados – e houve muita discussão sobre isso<sup>2</sup> – o artigo é importante porque levanta uma questão metodológica muito séria: *como devemos testar teorias da referência?* Ocupei-me bastante com esta questão nos últimos anos (DEVITT, 2011b,c, 2012a,b). Neste trabalho, reúno algumas conclusões anteriores (particularmente nas seções 3 e 4) e ofereço algumas reflexões adicionais (particularmente nas seções 5 e 6).

Já argumentei que Machery e colegas estão certos em criticar a metodologia padrão da filosofia da linguagem, uma metodologia que simplesmente testa as teorias da referência diante das intuições de referência dos filósofos. Mas Machery e colegas estão errados em propor que no lugar disso devemos testar as teorias diante das intuições de referência das pessoas comuns. O objetivo primário da semântica experimental não deve ser testar teorias diante das intuições de referência de quem quer que seja, mas sim testá-las diante da realidade sobre o que essas intuições são: as teorias devem ser testadas diante *do uso linguístico*. O desafio então é descobrir como fazer isso.

---

1 A versão do texto em língua inglesa foi publicado originalmente em 2015 em *Advances in Experimental Philosophy of Language* organizado por Jussi. Haukioja; v. lista bibliográfica.

2 Incluindo: Ludwig, 2007; Marti, 2009; Deutsch, 2009; Jackman, 2009; Ichikawa *et al*, 2011; Sytsma e Livengood, 2011; Devitt, 2011b,c, 2012b; Genone e Lombrozo, 2012; Ostertag, 2013.

## 1. “REFERÊNCIA”

O que queremos dizer com “referência”? A palavra “referência” e seus cognatos são palavras comuns do português com uma gama de significados comuns. Quando usados em filosofia, todavia, são termos técnicos. Muitos filósofos usam “referência” em um sentido bastante restrito, que designa uma relação que se dá apenas entre um termo *singular* de um certo tipo – por exemplo, nomes próprios e demonstrativos – e um objeto semanticamente relevante. Este uso restrito é ilustrado em *The Reference Book* (HAWTHORNE e MANLEY, 2012) e na extensa literatura que o livro discute.<sup>3</sup> Mas os semânticos experimentais preferem um uso genérico de “referir”. Precisamos de alguma palavra em semântica para abranger as muitas e diferentes relações semanticamente relevantes que as expressões têm com o mundo. “Referir” parece ser uma escolha tão boa quanto qualquer outra para este papel. Assim, neste uso, não somente nomes próprios e demonstrativos, mas substantivos comuns, verbos, adjetivos, e assim por diante, referem-se, todos.

Falo aqui de “referência” designando “relações semanticamente relevantes” entre expressões e o mundo. Quais relações são essas? Elas são, ou pelo menos deveriam ser, identificadas pelo trabalho explicativo que o termo “referência” executa em uma teoria da linguagem.

Isso suscita uma questão bastante importante: o que são linguagens e por que elas são teoricamente interessantes? Linguagens são sistemas representacionais que são parte do mundo espaço-temporal natural e são de interesse teórico em virtude de seus papéis causais nesse mundo, particularmente seus papéis em comportamentos comunicativos. Assim, Karl von Frisch ganhou um Prêmio Nobel por descobrir que “a dança” das abelhas é uma linguagem que comunica mensagens sobre fontes de alimento. Outro cientista, C. N. Slobodchikoff (2002), descobriu que os “latidos” dos esquilos de Gunninson formam uma linguagem que comunica mensagens sobre predadores. E é um truísmo que os seres humanos têm linguagens que comunicam mensagens que são conteúdos de pensamentos: “a linguagem expressa o pensamento”. Então, assim como as abelhas e os esquilos de Gunninson têm sistemas representacionais usados para comunicar mensagens uns aos outros, nós também temos.<sup>4</sup> À luz disso, as proprie-

3 Adotei um olhar crítico sobre o papel teórico de “referência” nesta literatura em uma resenha deste livro (2014b).

4 Estranhamente, esta posição sobre a linguagem humana é rejeitada pelos chomskianos; v. e.g., Chomsky, 1986 e 1996; Dwyer e Pietroski, 1996; Laurence, 2003; Collins, 2008a,b; Antony, 2008. Eles enxergam uma lin-

dades das linguagens que precisamos explicar – chamemo-las *significados* – são aquelas que permitem que as linguagens desempenhem seus papéis causalmente relevantes na vida dos organismos que as possuem, em particular seus papéis na comunicação.

Uma ideia comumente aceita, e uma a qual subscrevo, é que a referência, juntamente com propriedades sintáticas, são as noções centrais na explicação dos significados: as noções nucleares em uma teoria da linguagem. Assim, considere “Jack acha que Fred se ama”. A ideia é que seu significado é em grande medida explicado por sua estrutura sintática e a referência de suas expressões (“Jack”, “ama”, etc.). Desta forma, as relações semanticamente relevantes das expressões com o mundo que deveríamos designar com “referência” são as que contribuem para explicar os significados. É em parte em virtude de partilhar dessas relações que as expressões desempenham seus importantes papéis causais. Já argumentei em favor desta posição naturalista da semântica em outros trabalhos (DEVITT, 1981, 1996, 2013b).

Assim, identificamos relações referenciais por seus papéis causais. Então, precisamos explicar essas relações: precisamos de teorias da referência.

## 2. TEORIAS DA REFERÊNCIA

Três tipos gerais de teoria parecem possíveis. (1) De acordo com as teorias “descritivistas”, a referência de *E* é fixada por certas descrições que os falantes competentes associam a *E*; *E* refere-se ao que essas descrições, ou uma maioria ponderada delas, descrevem de forma única. A posição padrão foi por décadas a de que a referência dos nomes próprios deveria ser explicada por uma teoria descritivista. Mas veio a revolução, liderada por Saul Kripke (1980).<sup>5</sup> As teorias descritivistas dos nomes foram vistas como contendo sérios problemas, particularmente o problema da “ignorância e erro”: falantes que parecem perfeitamente competentes com um nome são demasiado ignorantes para fornecer as descrições de seu referente exigidas pelas teorias descritivistas; pior, falantes estão comumente tão errados sobre o referente que as descrições que forneceriam se aplicariam não ao referente mas a outro ente ou a nada em

---

guagem humana como um estado interno, não um sistema de símbolos externos que representam o mundo. Argumentei contra esta posição: v. Devitt, 2003, 2006a,c, 2008a,b,c, 2009.

5 Devitt e Sterelny, 1999, cap. 3-5, é um relato da revolução.

absoluto. Houve problemas semelhantes para teorias descritivistas de alguns outros termos. (2) Esses problemas com teorias descritivistas estimularam o interesse em teorias que tomaram a referência de *E* como explicada não indiretamente através de descrições associadas, mas sim por alguma relação direta entre *E* e o mundo, presumivelmente algum tipo de relação causal, histórica, confiabilista ou teleológica. (3) Finalmente, há a possibilidade de teorias que explicam a referência em parte em termos das descrições associadas de (1) e em parte em termos das relações diretas de (2).

Enfatizei muitas vezes uma questão crucial sobre teorias da referência: *teorias descritivistas* são essencialmente incompletas (e.g., DEVITT, 1996, p. 159). Uma teoria do tipo (1) explica a referência de *E* apelando às propriedades referenciais de descrições associadas a *E*: *E* refere-se ao que essas outras expressões em conjunto se referem; assim, talvez, “raposa-fêmea” (*vixen*) refere-se a qualquer que seja o que as suas descrições associadas “fêmea” e “raposa” em conjunto se referem. Como, então, as referências dessas outras expressões devem ser explicadas? O que explica a referência de “fêmea” e “raposa”? Talvez possamos usar teorias descritivistas para explicar essas outras referências também. Este processo, no entanto, não pode continuar para sempre: deve haver algumas expressões cujas propriedades referenciais não são parasitárias às das outras, senão a linguagem como um todo é apartada do mundo. As teorias descritivistas passam adiante o encargo referencial, mas o encargo deve parar em algum lugar. Ele para com teorias de tipo (2), que explicam a referência em termos de relações diretas com a realidade.<sup>6</sup> Essas teorias fornecem, poderíamos dizer, explicações últimas da referência.

*Se há expressões que se referem, então algumas expressões devem ser suscetíveis de explicações últimas.* Então, os teóricos da referência devem estar sempre alertas a candidatos prováveis a explicações últimas (e os teóricos não deveriam ter precisado dos problemas com as teorias descritivistas para estimular seu interesse em outras teorias).

Passemos agora à nossa questão principal: como devemos testar qual teoria da referência é certa para uma expressão?

6 Poderia o encargo parar com teorias do tipo (3)? Duvido, mas precisaríamos ver os detalhes de uma teoria assim para rejeitá-la com confiança. Um perigo com qualquer teoria assim é que levará a um holismo semântico totalmente inaceitável; v. Devitt, 1996, p. 127-32.

### 3. A POSIÇÃO PADRÃO (*THE RECEIVED VIEW*)<sup>7</sup>

#### 3.1 O PAPEL DAS INTUIÇÕES

A posição padrão é a de que devemos testar teorias da referência, de fato qualquer teoria semântica, consultando nossos juízos intuitivos sobre a linguagem, nossas “intuições” meta-linguísticas. Seria difícil exagerar tanto o papel evidencial aparentemente dominante de tais intuições na filosofia da linguagem quanto o acordo entre os filósofos de que essas intuições deveriam ter esse papel.<sup>8</sup> Essa ênfase nas intuições reflete, é claro, uma visão amplamente difundida sobre a metodologia da “filosofia de poltrona” em geral.<sup>9</sup>

7 Os breves relatos da posição padrão nesta seção, e da Explicação Modesta na próxima, são baseados em trabalhos anteriores: Devitt, 1994, 1996, 2006d, 2012a. Há uma discussão relacionada sobre intuições em linguística em Devitt, 2006a,b. Esta discussão foi criticada em Collins, 2006, Matthews, 2006, Miscevic, 2006, Rattan, 2006, Rey, 2006 e Smith, 2006. Devitt, 2006c é uma resposta. Houve outros críticos posteriores: Pietroski, 2008, respondido em Devitt, 2008a; Textor, 2009, respondido em Devitt, 2010a; Culbertson e Gross, 2009, que levou ao intercâmbio entre Devitt, 2010b e Gross e Culbertson, 2011; Miscevic, 2009, respondido em Devitt, 2014c; Fitzgerald, 2010, respondido em Devitt, 2010b; Ludlow, 2011 e Rey, 2013, respondidos em Devitt, 2013a.

8 Para evidência disso, v. Devitt, 2012a, p. 554-5.

9 Esta posição amplamente aceita foi recentemente desafiada por Herman Cappelen em um livro splendidamente iconoclasta (2012). (Um artigo anterior de Max Deutsch (2009) também desafia a posição.) Cappelen monta um argumento impressionantemente detalhado contra o que ele chama de “Centralidade”, a tese de que “os filósofos analíticos contemporâneos dependem amplamente de intuições como evidência” (p. 1). O desafio de Cappelen merece um argumento em resposta. Eu ofereci um em outro lugar (no prelo). Aqui está um breve resumo da minha resposta:

(1) Cappelen primeiro argumenta contra o suporte que a Centralidade parece receber do fato de que os filósofos muitas vezes “caracterizam premissas-chave em seus argumentos como “intuitivos”” (p. 4). Ele considera esse linguajar das intuições muito difícil de interpretar e afirma que sob nenhuma das interpretações que ele propõe esse linguajar apoia a Centralidade. Apresento duas objeções. (i) O linguajar é de fato fácil de interpretar: na maioria das vezes, “intuitivo” e “intuição” não são termos técnicos e, portanto, significam aqui exatamente o que normalmente significam. Ao pensar nisso, é importante notar que teorias distintas das intuições não implicam diferentes significados de “intuição”. (ii) Cappelen não produz razões convincentes para não levar esses filósofos ao pé da letra em suas caracterizações de suas premissas. Portanto, tais caracterizações com efeito apoiam a Centralidade (onde “intuição” também tem seu significado comum).

(2) Cappelen argumenta em seguida que a Centralidade não recebe apoio algum da prática filosófica. Ele propõe três “testes-diagnósticos” para detectar a presença de intuições: as intuições “parecem verdadeiras ou têm uma fenomenologia especial; elas são automaticamente justificadas, ou podem justificar outras proposições

Por que essa confiança nas intuições é adequada? Machery e colegas (2004) observaram que as intuições que desempenham esse papel evidencial são normalmente as dos próprios filósofos e questionaram a adequação disto: por que teorias da referência devem se apoiar sobre intuições de filósofos e não sobre as de pessoas comuns como, por exemplo, os estudantes de graduação em Rutgers e Hong Kong que eles testaram? Creio que nossa objeção à prática filosófica padrão deveria ser mais radical: o problema não é o de confiar nas intuições dos filósofos e não nas das pessoas comuns, o problema é o de confiar em qualquer que seja a intuição (DEVITT, 2011 b,c). A resposta correta à filosofia de poltrona não é adicionar mais poltronas para as pessoas comuns.<sup>10</sup>

Não estou sozinho em me preocupar com o papel das intuições. Assim, Jaakko Hintikka observa: “Busca-se em vão na literatura por uma tentativa séria de se fornecer uma justifica-

---

sem que exijam justificação; e se baseiam unicamente na competência conceitual” (p. 111). Ele então examina muitos casos bem conhecidos da literatura filosófica e não encontra evidências de filósofos que dependam de itens que satisfaçam esses testes-diagnósticos e, portanto, conclui que a Centralidade é falsa (cap. 8). Apresento quatro objeções. (I) Os testes-diagnósticos baseiam-se em *teorias* das intuições dos filósofos (cap. 6), teorias que, assim como argumentei (v. n. 7), são em grande medida falsas. Portanto, os testes-diagnósticos baseados nelas são inadequados. (II) A tese da Centralidade não precisa de suporte de um teste-diagnóstico baseado em uma teoria das intuições mais do que, digamos, a tese de que pessoas solitárias tendem a ter cães precisa de suporte de um teste-diagnóstico baseado em uma teoria dos cães. Testar essas teses simplesmente exige habilidades para reconhecer intuições e cães, habilidades que quase todos, inclusive os defensores da Centralidade, certamente têm. (III) Se devemos ter um teste-diagnóstico para intuições, o lugar para procurar não está em teorias filosóficas, mas em dicionários. Com base em um rápido olhar sobre alguns dicionários, proponho um teste-diagnóstico nas seguintes linhas: “um juízo imediato sem muito raciocínio consciente ou inferência”. De fato, o próprio Cappelen observa algo como essa “interpretação” em sua luta com o linguajar das intuições (p. 33; 62). (IV) Usando nossa habilidade comum de reconhecer intuições, auxiliadas por este teste-diagnóstico mínimo se necessário, a Centralidade recebe amplo apoio dos casos que Cappelen examina.

(3) Finalmente, creio que Cappelen esteja insuficientemente sensibilizado pela necessidade de responder à seguinte pergunta: se os filósofos não estão se baseando em intuições como evidência nos casos que ele examina, sobre o que estão se baseando? Ele insiste corretamente que tais casos estão repletos de argumentos; esse é o modo de operar da filosofia, como ele enfatiza. Mas argumentos precisam de premissas e é difícil ver o que as premissas poderiam ser *nesses* casos – embora eu certamente não diga em *todos* os casos filosóficos – senão intuições. Dizer que os filósofos dependem de proposições que são “pré-teóricas” (p. 61) ou “terreno comum” (p. 119) é apenas o início de uma resposta. Por que essas proposições são tomadas como evidência senão porque são intuitivamente verdadeiras?

10 Devo este bom comentário a Genoveva Martí, que pensa que o ouviu ou o leu em algum lugar mas não se recorda das circunstâncias.

tiva para o apelo às intuições” (HINTIKKA, 1999, p. 130). Em uma linha semelhante, Timothy Williamson observa: “não há um relato acordado ou mesmo preferido de como a intuição funciona, nenhuma explicação aceita da correlação esperada entre nossa intuição de que P e ser verdadeiro que P”. Ele descreve isso como “um escândalo metodológico” (WILLIAMSON, 2007, p. 215).

### 3.2 O CARTESIANISMO

Então por que os filósofos pensam que o uso das intuições é adequado? É claro que seria adequado se pudéssemos estar confiantes de que intuições refletem o *conhecimento*. E a visão padrão é que um falante competente de uma língua realmente tem conhecimento sobre sua língua, conhecimento *proposicional*, “tacitamente” pelo menos, *simplesmente em virtude de ser competente* com a língua:

É uma característica inegável da noção de significado [...] que o significado é *transparente* no sentido em que, se alguém anexar um significado a cada uma de duas palavras, ele deve saber se esses significados são os mesmos. (DUMMETT, 1978, p. 131)

A posição natural é que um falante tem *algum tipo de* autoconhecimento semântico privilegiado. (LOAR, 1987, p. 97)

A ideia desse tipo de acesso privilegiado – que estamos em uma posição especial para saber sobre nossa própria competência – é um exemplo de Cartesianismo geral:

Desde Descartes, pareceu inegável à maioria dos filósofos que cada um de nós tem uma forma privilegiada de conhecer seus próprios estados mentais [...] sempre que temos um pensamento, uma crença, uma intenção ou um desejo, podemos em princípio conhecer *o que* pensamos, acreditamos, pretendemos ou desejamos apenas por um exame interno, sem nos engajarmos em uma investigação empírica do mundo exterior. (MCKINSEY, 1994, p. 308)

A ideia de que temos um acesso cartesiano a fatos semânticos parece ser uma parte quase inquestionável das tradições semânticas de Frege e Russell.

### 3.3 CONHECIMENTO A PRIORI?

Por que devemos supor que os falantes competentes comuns têm esse tipo de conhecimento de fatos semânticos? Muitos parecem pensar que tal conhecimento é a priori. Assim, Jerrold Katz afirma: “conhecemos propriedades e relações de sentido de expressões com base [em] intuições linguísticas a priori dos falantes em casos claros” (KATZ, 1997, p. 21). E Michael McKinsey pensa que é “suficientemente claro” que “o princípio de que os significados das palavras são conhecíveis a priori [...] é tomado como dado pela maioria dos filósofos da linguagem e por muitos linguistas” (MCKINSEY, 1987, p.1).

Agora, é claro, a ideia de que algum conhecimento seja a priori é amplamente difundida na filosofia. No entanto, Quine levantou sérias dúvidas sobre isso. O principal problema com a ideia, na minha visão, é que não temos sequer o começo de uma explicação do que é o conhecimento a priori. Dizem-nos simplesmente o que ele *não é*, a saber conhecimento empírico. Ainda assim, suponhamos que deixemos tais dúvidas gerais de lado e aceitemos que, pelo menos, nosso conhecimento da matemática e da lógica seja a priori; qual poderia ser a base para se supor que nosso conhecimento dos *significados* também o é? O significado de uma palavra é presumivelmente constituído por propriedades relacionais de algum tipo: “internas” do tipo descrito pelas teorias descritivistas de tipo (1); ou “externas” do tipo descrito por teorias causais de tipo (2); ou uma combinação de relações internas e externas do tipo descrito pelas teorias de tipo (3) (sec. 2). Já argumentei que não temos razão alguma para supor que tenhamos uma maneira não-empírica de formar uma crença justificada sobre qual dessas relações constitui o significado de uma palavra (DEVITT, 1994, 1996, 1998, 2011a, 2014a).

### 3.4 TEORIA INCORPORADA?

Se a posição de que os falantes competentes têm conhecimento a priori de fatos semânticos não se sustenta, o que mais poderia justificar a confiança onipresente em intuições na filosofia da linguagem? Talvez, os filósofos pudessem seguir a prática dos linguistas.

A posição comum em linguística dos juízos intuitivos é expressa em passagens como a seguinte:

[...] parece razoavelmente claro, tanto em princípio quanto em muitos casos específicos, como o conhecimento inconsciente desemboca em conhecimento consciente [...] segue-se por cálculos semelhantes à dedução direta. (CHOMSKY, 1986, p. 270)

Descrevi a posição comum da seguinte maneira: a competência linguística, por conta própria,

[...] fornece informações sobre os fatos linguísticos [...] Portanto, esses juízos não são alcançados pelo tipo de investigação empírica que os juízos sobre o mundo geralmente requerem. Em vez disso, um falante tem um acesso privilegiado a fatos sobre a linguagem, fatos capturados pelas intuições, simplesmente em virtude de ser competente [...] (DEVITT, 2006a, p. 96)

Nesta posição, juízos sintáticos intuitivos são, excetuando-se “ruídos”, “a voz da competência” e assim fornecem boas evidências sobre a linguagem. Chamemos esta tese de “VoC”.

A evidência de que VoC é a posição ortodoxa chomskiana das intuições linguísticas me parece avassaladora (DEVITT, 2006a,b, 2010b, 2013a).<sup>11</sup> De fato, se os chomskianos não endossassem VoC, eles não teriam nenhuma posição sobre a fonte das intuições linguísticas.

Stich sugeriu que os filósofos da linguagem podem estar implicitamente adotando VoC como uma justificativa para o papel autorizador dado às intuições de referência (DEVITT, 1996, p. 40; v. também HINTIKKA, 1999; WILLIAMSON, 2007). Os filósofos podem pensar que os falantes derivam suas intuições de referência a partir de princípios incorporados de referência. Então, assim como a gramática verdadeira já está incorporada na mente de cada falante, também, segundo essa sugestão, há teorias semânticas de referência verdadeiras. As intuições de

---

11 Desta forma, eu me surpreendi ao encontrar três filósofos bem-informados rejeitando a atribuição: John Collins (2008a, p. 17-19), Gareth Fitzgerald (2010) e Peter Ludlow (2011, p. 69-71). Respondi a Fitzgerald (Devitt, 2010b, p. 845-7) e a Ludlow (Devitt, 2013, p. 274-8). A discussão de Ludlow é marcante por sua flagrante má interpretação da evidência. Também ofereci mais evidência (2013, p. 273) nos trabalhos de Barry Smith (2006), Mark Textor (2009) e Georges Rey (2013). Ainda creio que a evidência seja esmagadora. Mas veja Jeffrey Maynes e Steven Gross (2013) para uma boa discussão do assunto.

referência, assim como as sintáticas, são o resultado de algo como uma dedução de uma teoria representada.<sup>12</sup>

Embora VoC seja muito mais promissora do que a posição de que temos conhecimento a priori do significado, argumentei que ela é errada (DEVITT, 2006a,b, 2010b, 2013a). Os principais problemas com ela são, primeiro, que, até onde sei, ela nunca foi apresentada com o tipo de detalhe que poderia torná-la uma teoria genuína da fonte das intuições. Exatamente *como* os princípios supostamente incorporados provêm as intuições? Precisamos de mais do que um aceno em direção a uma resposta. Em segundo lugar, e ainda até onde sei, nenhum argumento foi dado para VoC até a recente tentativa de Georges Rey (2013), que, argumento (DEVITT, 2013a), fracassa. Terceiro, dado o resto do que sabemos sobre a mente, é improvável que VoC poderia ser desenvolvida em uma teoria na qual teríamos boas razões para acreditar.

Já aponte algumas outras implausibilidades de VoC. Estas são resumidamente como se segue. (i) Se a competência realmente falasse conosco, por que não usaria a linguagem da teoria incorporada e por que diria tão pouco? (ii) Haveria uma dissemelhança entre as intuições fornecidas pela faculdade da linguagem e pelos módulos perceptuais. (iii) Evidências sobre desenvolvimento sugerem que a capacidade de falar uma língua e a capacidade de ter intuições sobre a língua são bastante distintas, a primeira sendo adquirida na primeira infância, a segunda na infância intermediária como parte do desenvolvimento cognitivo *geral*.

Talvez, a melhor razão para se rejeitar VoC é que há uma explicação melhor das intuições e de seu papel evidencial.

#### 4. A EXPLICAÇÃO MODESTA DAS INTUIÇÕES

Se VoC não é a teoria correta das intuições, o que é? Sustento que juízos intuitivos sobre a linguagem, *como os juízos intuitivos em geral*,<sup>12</sup> são respostas empíricas aos fenômenos advindas do processador central e teoricamente permeadas, que diferem de muitas outras respostas apenas por serem bastante imediatas e não-reflexivas, baseadas em pouco ou nenhum raciocínio

<sup>12</sup> Curiosamente, Chomsky, que aceita VoC para intuições gramaticais, parece rejeitá-las para as semânticas (1995, p. 24). Para discussão, v. Devitt, 2012a, p. 558-9.

consciente” (DEVITT, 2006a, p. 103).<sup>13</sup> Embora a competência de um falante em uma língua obviamente lhe dê acesso imediato aos *dados* dessa língua, dados *sobre* o que as intuições são, ela não lhe dá acesso imediato à verdade sobre os dados; a competência não fornece o *conteúdo informacional* da intuição. Neste sentido, minha posição é nitidamente diferente de VoC. E é nitidamente diferente em outro aspecto: é *modesta*, utilizando estados cognitivos e processos com os quais já estávamos comprometidos. Então, seguindo Mark Textor (2009), eu agora a chamo de “Explicação Modesta”.

De acordo com a Explicação Modesta, intuições sobre a linguagem, como outras intuições, são “permeadas por teoria”. Isso poderia ser mais bem explicado. Primeiro, a posição *não* é que essas intuições são juízos teóricos ou o resultado de teorização. Em vez disso, as intuições são em sua maioria o *produto de experiências* do mundo linguístico. São como juízos de “observação”; com efeito, algumas delas *são* juízos de observação (DEVITT, 2006a, p. 103). Como tais, são permeados por teoria da mesma forma que comumente pensamos que juízos de observação o são. A revolução anti-positivista na filosofia da ciência, liderada por Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, chamou nossa atenção para a maneira pela qual mesmo os juízos mais diretos surgindo de experiências observacionais podem depender de um pano de fundo de especialização (*background expertise*). Não faríamos os juízos se não tivéssemos certas crenças ou teorias, algumas envolvendo os conceitos empregados nos juízos. Não faríamos os juízos se não tivéssemos determinadas predisposições, algumas inatas, mas muitas adquiridas por treinamento, para responder seletivamente às experiências.<sup>14</sup> Algumas palavras de advertência se fazem necessárias sobre essa permeação pela teoria.

(a) O poder do pano de fundo de especialização para influenciar juízos não deve ser exagerado. Assim, uma pessoa observando as setas de Müller-Lyer julgará que uma “parece mais

---

13 Esta teoria das intuições pode ser vista como partindo do teste-diagnóstico mínimo baseado no dicionário que propus em resposta a Cappelen; v. nota 9 acima. Se Cappelen, de fato qualquer pessoa, objetar que a teoria não é verdadeira, as minhas propostas positivas para se testar teorias da referência perderiam nada, até onde vejo, ao trocar “intuição” por “intuição\*” na discussão que se segue e transformar minha teoria das intuições em uma definição de “intuição\*”.

14 Assim, “teoria” em “permeado por teoria” devem ser interpretados *muito* amplamente para abarcar não somente teorias propriamente, mas também essas disposições que são parte da especialização de pano de fundo.

longa” do que a outra embora saiba perfeitamente que elas são do mesmo comprimento. (b) A posição não é que conscientemente trazemos o pano de fundo para o centro de uma forma que equivalha à *teorização* sobre a experiência. Certamente, na maioria das vezes, não. No entanto, o pano de fundo desempenha um papel causal no juízo. (c) A posição não é que precisamos ter pensado um bocado sobre a linguagem antes de ter intuições linguísticas: uma pessoa completamente ignorante pode *aprender* a ter intuições em uma situação experimental (DEVITT, 2006a, p. 114).<sup>15</sup> (d) Finalmente, a permeação teórica que estamos discutindo é *epistêmica*. Não deve ser confundida com uma permeação teórica *semântica*, a posição de que o significado de um termo observacional é determinado pela teoria que o contém. Esse “holismo semântico”, também parte da revolução, tem pouco em seu favor na minha visão (DEVITT, 1996, p. 87-135).

Não é uma consequência metodológica da Explicação Modesta das intuições que elas não devam ter papel evidencial algum na teorização sobre a natureza de alguma área da realidade. No entanto, é uma consequência que elas devam ter esse papel apenas na medida em que sejam provavelmente *confiáveis* sobre essa área da realidade, apenas na medida em que sejam *indicadores confiáveis*. E essa confiabilidade precisa ser avaliada usando-se evidência independente sobre a realidade. Mas precisamos dessa evidência independente de qualquer forma:

Embora possamos muitas vezes ter razão em confiar em uma intuição em curto prazo, é crucial notar que nada depende dela a longo prazo. Podemos procurar evidências mais diretas em testes científicos. Em um tal teste científico, examinamos a realidade *sobre* o que a intuição é. Esses exames científicos da realidade, e não as intuições sobre a realidade, são a principal fonte de evidência. Os exames podem nos levar a revisar algumas de nossas intuições iniciais. Eles certamente nos mostrarão que as intuições estão longe de ser um relato completo da porção relevante da realidade. (DEVITT, 2011b, p. 425)

As intuições em questão aqui são aquelas que identificam objetos como tendo propriedades *do tipo mencionado na própria teoria que está sendo testada*; por exemplo, intuições sobre peixes ao se testar uma teoria biológica dos peixes, sobre dinheiro ao se testar uma teoria econômica do dinheiro e sobre referência ao se testar uma teoria semântica da referência. Tais

<sup>15</sup> Argumento que esta é a forma de se ver as intuições de pessoas ignorantes nos engenhosos experimentos de pares mínimos (2006a, p. 110).

intuições advindas de pessoas confiáveis sobre a realidade em questão são, sem dúvida, boas evidências sobre a natureza dessa realidade. Mas faço duas observações sobre as intuições. Primeiro, elas são apenas evidências indiretas. Segundo, sua confiabilidade precisa ser demonstrada. Ambas observações mostram a necessidade de evidência mais direta: *a evidência primária de uma teoria sobre uma certa realidade não vem das intuições acima mencionadas sobre a realidade, mas de exames mais diretos dessa realidade*. Não apoiamos a biologia em intuições sobre peixes e afins, nem a economia sobre intuições sobre dinheiro e afins. Tampouco devemos apoiar as teorias semânticas em intuições sobre referência e afins. Devemos examinar a realidade linguística mais diretamente. Essa realidade deve ser encontrada no uso linguístico.

Considerarei a tarefa de juntar essas evidências na seção 6. Mas primeiro precisamos esclarecer esse contraste entre evidências indiretas e diretas, distinguindo diferentes tipos de intuições. E precisamos dizer algo sobre a *probabilidade* de que as intuições, particularmente as intuições de referência, sejam confiáveis. Tudo isso requer distinguir entre intuições de acordo com o grau em que são permeadas por teoria e de acordo com a especialização daqueles que as têm.

## 5. VARIEDADES DE INTUIÇÕES

### 5.1 JUÍZOS PERCEPTIVOS COMO INTUIÇÕES

Depois de introduzir a Explicação Modesta das intuições em *Ignorance of language* (2006a), faço imediatamente um esclarecimento:

Pode ser que haja muitas respostas empíricas não-reflexivas que normalmente não chamaríamos de intuições: pensamos imediatamente em juízos perceptivos como “aquela grama é marrom” feito observando-se alguma grama chamuscada ou “aquela pessoa está com raiva” feito observando-se alguém exibindo vários sinais de ira. Talvez classificamos algo como um juízo intuitivo somente se *não for realmente óbvio*. Não me preocuparei com isso. Minha alegação é que as intuições são juízos empíricos e não-reflexivos, *pelo menos*. Se mais for requerido para ser uma intuição, que assim seja. (DEVITT, 2006a, p. 103)

Alguns juízos perceptivos que “não são realmente óbvios” estão entre meus exemplos posteriores de intuições. O seguinte está no texto:

Considere, por exemplo, uma paleontóloga no campo procurando por fósseis. Ela vê um pedaço de pedra branca despontando por uma rocha cinzenta e pensa “uma mandíbula de porco”. Esse juízo intuitivo é rápido e não-reflexivo. Ela pode estar bastante convicta, mas ser incapaz de explicar como exatamente ela sabe. (p. 104)

Os próximos estão em uma nota de rodapé:

[...] outros bons exemplos: dos especialistas em arte julgando corretamente como falsa uma estátua de mármore grega supostamente do século sexto; do treinador de tênis, Vic Braden, julgando corretamente como falta um saque antes que a bola bata no chão”. (p. 104n)

No entanto, eu também trato alguns juízos perceptivos “realmente óbvios” como intuições em uma discussão do módulo visual (p. 112-3). E também o fiz em um trabalho anterior (DEVITT, 1996).

Então tenho uma posição generosa sobre o que conta como uma “intuição”, incluindo mesmo tais juízos “realmente óbvios” como que a grama é marrom e que a pessoa está com raiva. Dada a minha posição de que todos esses juízos perceptivos, sejam eles realmente óbvios ou não, são imediatos, empíricos e permeados por teoria, é uma questão verbal desinteressante saber se estou “certo” em ser tão generoso. Esses juízos perceptivos são certamente todos intuitivos. Parece haver nenhuma razão teoricamente interessante para agrupar alguns, mas não todos juntos sob o termo “intuição”. Dito isto, a diferença na obviedade dessas intuições é interessante. Quanto menos óbvia for a intuição de um certo tipo, tanto mais especialização, mais “teoria”, são exigidos para se ter intuições mais confiáveis desse tipo. Então, se julgar uma grama marrom exige pouca especialização, julgar uma mandíbula de porco exige muita.

Usei (DEVITT, 2006a, p. 104-5) a seguinte citação do psicólogo cognitivo, Edward Wisniewski, para demonstrar a importância da especialização:

[...] os pesquisadores que estudam o comportamento e o pensamento dentro de um arcabouço experimental desenvolvem intuições *melhores* sobre esses fenômenos do que aquelas dos pesquisadores da intuição ou dos leigos que não estudam esses fenômenos dentro de tal arcabouço. As intuições são melhores no sentido de que são mais prováveis de serem corretas quando submetidas a testes experimentais. (WISNIEWSKI, 1998, p. 45).

O papel da especialização tem consequências metodológicas evidentes. Embora as intuições do não-especialista possam muitas vezes ser suficientemente confiáveis sobre algum tema, devemos em geral preferir as intuições do especialista: “quanto mais especialista for uma pessoa em uma área, melhor será a teoria da pessoa, mais ampla será sua gama de intuições confiáveis na área” (DEVITT, 2010b, p. 860).

Na posição generosa, todos os juízos perceptivos imediatos contam como intuições. Portanto, obviamente, não pode haver qualquer descarte geral de intuições como evidência. Pois, no fundo, todas as teorias baseiam-se em juízos imediatos sobre o que é percebido e, portanto, sobre intuições, generosamente concebidas. O contato mais direto que podemos ter com a realidade é através de experiências dela que produzem juízos perceptivos. Esses juízos na periferia de nossa “teia de crenças” fornecem a justificação empírica para nossas teorias (DEVITT, 2011c, p. 30). E a questão evidencial que nos diz respeito não deveria ser *se* usamos as intuições como evidência, mas *quais* intuições usar como evidência.

Diante disso, volte ao nosso contraste entre se apoiar em certas intuições e buscar evidências mais diretas. As intuições em questão foram, como observamos, as que identificam objetos como tendo propriedades *do tipo mencionado na própria teoria sendo testada*. Observamos agora que, na posição generosa, a evidência mais direta também se encontra nas intuições, embora diferentes, que são mais básicas e menos permeadas por teorias; por exemplo, juízos perceptivos sobre o comportamento animal ao se fazer biologia, sobre o comportamento humano ao se fazer economia, sobre cores e cheiros ao se fazer química, sobre leituras de instrumentos ao se fazer física. Irei ilustrar esse contraste considerando evidências para uma teoria da referência.

Suponha que Jill testemunhe um proferimento de Jack na condição C. Aqui está uma série de juízos perceptivos imediatos que Jill faz em resposta a esse evento, juízos ordenados aproximadamente de acordo com a permeação teórica:

Jack emitiu um ruído

Jack proferiu algo

Jack disse algo em português

Jack disse: “Einstein era um físico”

Jack disse que Einstein era um físico

Jack se referiu a Einstein

Todos os juízos de Jill são “intuitivos” e, na posição generosa, todos contam como “intuições”. Mas apenas a última é uma intuição de *referência*. Os outros juízos, talvez obtidos em testes científicos, são exemplos de “evidência mais direta” do uso linguístico sobre os quais uma teoria da referência deve em última análise ser baseada. Assim, suponha que uma teoria da referência para nomes previu que, na condição C, Jack não diria “Einstein era um físico”.<sup>16</sup> Então, o juízo de Jill de que Jack disse isso é provavelmente uma evidência clara contra a teoria. E é evidência *primária*, de uma forma que o juízo de Jill sobre o que Jack se referiu (ou não) não é, independente do quão confiável Jill é em tais juízos de referência.

É uma questão empírica quão confiáveis exatamente são os juízos intuitivos de uma pessoa e, portanto, quão bons eles são como evidência. No entanto, supondo-se que Jill seja uma falante do português que teve uma educação comum, podemos certamente tomá-la como muito confiável em seus juízos perceptivos da maioria dos tipos ilustrados acima; eles estão no extremo realmente óbvio da escala. Assim, quando Jill julga que alguém profere uma frase do português como “Einstein era um físico”, é muito provável que ela esteja certa. E quanto aos seus juízos perceptivos *sobre referência*, como aquele que Jack se referiu a Einstein? Este é o mais permeado por teoria dos juízos de Jill. Quão provável de ser verdadeiro é um juízo desse tipo? Dado que os juízos de Jill são sobre referência em situações rotineiras comuns, prevejo que seriam bastante confiáveis. Para que as pessoas comuns façam juízos confiáveis sobre referência, elas terão, sem dúvida, que ter refletido um pouco sobre a linguagem, auxiliados por uma educação mínima. Mas isso é o que podemos esperar dos membros normais da nossa sociedade. Então, prevejo que, se testássemos as intuições de referência de pessoas comuns sobre situações rotineiras diante de evidências de uso, acharíamos as intuições bastante confiáveis. No entanto, deveríamos aqui preferir os juízos dos especialistas, pela mesma razão que deveríamos preferi-los em qualquer situação: podemos esperar que eles tenham uma gama mais ampla de intuições confiáveis. Assim, devemos preferir as intuições dos filósofos.

Até onde sei, juízos perceptivos de pessoas comuns sobre referência não desempenharam um papel evidencial significativo em teorias da referência. Mas juízos desse tipo de filósofos certamente desempenharam. Eu já dei este exemplo: minhas intuições sobre os nomes, formadas quando eu ouvi pela primeira vez Kripke em 1967 “foram confirmadas dia após dia durante quarenta anos por observações de pessoas usando um nome para se referir com sucesso a um objeto sobre o qual elas são ignorantes ou estão erradas” (DEVITT, 2011c, p. 21-2). Esse tipo de abordagem das intuições de referência é certamente comum na filosofia. Filósofos que sustentam teorias veritativo-referenciais do significado – e há muitos casos – certamente encontram suporte para suas teorias em suas observações de exemplos paradigmáticos de referência. Com efeito, se não fizessem tais observações, certamente não suporiam que a referência poderia desempenhar um papel explicativo central em uma teoria do significado.

## 5.2. JUÍZOS DE MEMÓRIA COMO INTUIÇÕES

Suponha que Maria seja mais uma testemunha do proferimento de Jack na condição C. Ela chega aos mesmos juízos desta experiência como Jill, mas ela o faz no dia seguinte, com base em sua *memória* do proferimento de Jack. Todos os juízos de Maria, como os de Jill, são “intuitivos” e, continuando em minha abordagem generosa, os considero todos como “intuições”. Mais uma vez, o status epistêmico de cada juízo depende dos detalhes da confiabilidade de Maria. E não há base para uma dispensa geral deles.

Pode-se argumentar que muitas das intuições dos filósofos, seguindo Kripke, sobre a referência de nomes como “Cícero”, “Catilina”, “Feynman”, “Einstein” e “Colombo”, nas bocas de falantes ignorantes, intuições centrais para o argumento mais poderoso contra as teorias descritivistas dos nomes, são juízos de memória desse tipo (como Genoveva Martí (2014) também observa).<sup>17</sup> Kripke e outros provavelmente fazem muitos desses juízos em resposta a *observações lembradas de usos reais desses nomes, ou de nomes análogos, por falantes ignorantes*.

Então, sugiro, é provável que muitas das intuições de referência que desempenham um

---

17 Em suporte à Centralidade, a tese rejeitada por Cappelen (n. 9 acima), é óbvio que Kripke usa intuições de referência como evidência neste argumento; por exemplo, ao julgar que “o homem comum ... usa o nome “Feynman” como um nome para Feynman’ (1980, p. 81). E o mesmo se dá com praticamente todo teórico da referência.

papel em testar teorias da referência são sobre casos *reais*, percebidos ou lembrados. Parece fácil aos filósofos se esquecerem disso, deslizando para a posição de que toda a evidência para essas teorias vem de *experimentos de pensamento* sobre casos *hipotéticos*. Machery e colegas são um exemplo, como notei (DEVITT, 2011b): eles falam de teorias da referência sendo “avaliadas pela consulta de intuições sobre a referência de termos em situações *hipotéticas*” (MACHERY *et al.*, 2004, p. B1, ênfase adicionada).<sup>18</sup>

### 5.3. INTUIÇÕES EM EXPERIMENTOS DE PENSAMENTO

Agora considere os juízos intuitivos expressos por Frank na seguinte situação. Frank não testemunhou Jack dizendo nada, mas é apresentado a uma *descrição* de um proferimento de Jack na condição C e lhe é perguntado o que ele diria sobre isso. Assim, Frank está envolvido em um experimento de pensamento sobre um caso hipotético. Frank forma imediatamente exatamente os mesmos juízos que Jill e Mary, incluindo o juízo que Jack se referiu a Einstein. Juízos de referência desse tipo são aquilo que os filósofos parecem ter em mente em geral como as intuições que fornecem evidência a favor ou contra uma teoria da referência. Concordo que essas intuições fazem isso, é claro. Então, embora tenha acabado de afirmar que a intuição de referência de um filósofo sobre um uso rotineiro de um nome por pessoas ignorantes às vezes será um juízo perceptivo ou de memória, às vezes não será: será baseado não na experiência de um uso real do nome, mas em um experimento de pensamento. Pense, por exemplo, no juízo que fiz sobre um bom caso inventado por Donnellan:

Uma criança é acordada de seu sono em uma festa e apresentada a uma pessoa chamada “Tom”. “Mais tarde, a criança diz a seus pais: “Tom é uma boa pessoa” [...] nada que a criança possua em termos de descrições, de disposições para reconhecer, serve para distinguir de maneira padrão alguém unicamente” (Donnellan, 1972, p. 364). No entanto, a criança está falando sobre aquela pessoa mesma que lhe foi apresentada. (DEVITT, 2011b, p. 421, n. 3)

Meu juízo aqui é feito em um experimento de pensamento e não é baseado na percepção. Ainda assim, juízos resultantes de experimentos de pensamento como este sobre situ-

18 Desde então eles modificaram sua posição a fim de incluir intuições sobre casos reais (2013).

ações hipotéticas *rotineiras* deveriam ser distinguidos daqueles resultantes de experimentos de pensamento sobre situações hipotéticas *fantasiosas*, casos como o de Kripke de “Gödel”. O que torna as situações *rotineiras* *rotineiras* é que elas são do tipo que todos nós, pessoas comuns e filósofos igualmente, percebem dia a dia, situações de pessoas ignorantes usando nomes familiares. Assim, embora os juízos que fazemos em experimentos de pensamento como os de Donnellan não sejam perceptivos, eles estão intimamente relacionados aos perceptivos, pois eles são sobre situações *exatamente como muitas de que nos lembramos em nossa experiência*. Então, se procurássemos juízos deste tipo em pessoas comuns, parece-me *bastante provável* que seriam tão confiáveis quanto os juízos perceptivos a que estão relacionados. Eles não exigem muita especialização. Ainda assim, mais uma vez, deveríamos preferir os juízos dos filósofos.

Quando passamos a intuições sobre casos hipotéticos fantasiosos como os de “Gödel”, argumentei que devemos esquecer as pessoas comuns (como, com efeito, o fizemos até Marchery e colegas): essas intuições requerem especialização em demasia (DEVITT, 2011b, p. 420-3). Como Stich observou acertadamente com casos como o da Terra Gêmea em mente (e muito antes de ter sido arrebatado pela filosofia experimental), “os não-filósofos frequentemente acham esses casos tão fora do comum que não têm intuições claras sobre eles” (STICH, 1983, p. 62). Para casos como estes, as únicas intuições sobre as quais vale a pena se preocupar são as dos filósofos e de especialistas semelhantes.<sup>19</sup>

Assim, fizemos algumas distinções entre os juízos empíricos imediatos e não-reflexivos que generosamente considero como intuições. Há os perceptivos, os de memória e os formados em experimentos de pensamento. Entre os últimos há os sobre casos hipotéticos rotineiros e os sobre casos hipotéticos fantasiosos. E entre todos eles há diferenças no grau em que sua confiabilidade depende da especialização. Conjecturo que as intuições de referência sobre casos rotineiros, sejam eles perceptivos ou não, tendem a ser bastante confiáveis em muita especialização sobre a linguagem. Em contraste, intuições de referência sobre casos hipotéticos fantasiosos provavelmente exigem uma boa dose de especialização.

---

19 Notei que experimentos do tipo de Gödel nos colocaram firmemente a caminho de mostrar que os filósofos são de fato mais confiáveis do que as pessoas comuns em suas intuições de referência sobre casos fantasiosos (2011c, p. 24).

## 5.4 CONSEQUÊNCIAS PARA MACHERY E COLEGAS

A Explicação Modesta das intuições que apresentei tem consequências para a metodologia de Machery e colegas.

Primeiro, eles testaram as intuições de referência erradas. Se vamos testar intuições de referência, devemos preferir testar aquelas sobre casos rotineiros como “Einstein” e “Columbus” de Kripke, ou mesmo da criança adormecida de Donnellan, ao invés de casos fantasiosos como o de “Gödel” de Kripke. Pois, devemos esperar que as intuições sobre os casos rotineiros sejam mais confiáveis.

Segundo, eles testaram as pessoas erradas. Se vamos testar intuições de referência, devemos preferir testar as dos filósofos, particularmente se as intuições são sobre casos fantasiosos como o de “Gödel”, pois os filósofos são mais especialistas (2011b, p. 425-6).<sup>20</sup> Esta linha de pensamento forneceu um exemplo do que se tornou conhecido como “a defesa do especialista” contra os achados de Machery e colegas. A defesa do especialista levou a um acalorado debate: Weinberg e colegas, 2010; Machery e Stich, 2012; Machery e colegas, 2013; Machery, 2011; Devitt, 2011c; Machery, 2012 e Devitt, 2012b.<sup>21</sup>

Uma objeção que Machery e colegas têm diante de preferir as intuições de referência dos filósofos àquelas das pessoas comuns é que as intuições dos filósofos podem ser teoricamente tendenciosas (2013). De fato, podem ser, mas esse é o tipo de risco epistêmico que *sempre* corremos na ciência, já que todos os juízos são permeados por teorias. E há duas observa-

20 James Genone e Tania Lombrozo talvez tenham entendido mal a crítica semelhante que fiz (2010d) ao comentar uma versão preliminar de um trabalho deles (Genone e Lombrozo, 2012). Pois, eles respondem duvidando que “intuições de especialistas sejam superiores a intuições de pessoas comuns quando o assunto são as práticas referenciais comuns, ou que poderia haver especialistas na prática de se usar nomes e conceitos em geral” (2012, p. 734). Mas a minha crítica não se apoia na posição de que os filósofos são mais especialistas do que as pessoas comuns em “usar nomes e conceitos em geral”, mas que são mais especialistas em fazer juízos intuitivos sobre a referência daqueles nomes e conceitos. O experimento de Genone e Lombrozo elicia estas intuições de referência, não “práticas referenciais ordinárias”. (Sou completamente a favor de se eliciar as próprias práticas; v. seção 6).

21 Veja também o seguinte intercâmbio surgindo da minha afirmação análoga (2006a, p. 108-9) de que deveríamos preferir as intuições gramaticais dos linguistas em comparação às das pessoas comuns: Culbertson e Gross, 2009; Devitt, 2010b, Gross e Culbertson, 2011.

ções a se fazer sobre isso. Primeiro, podemos tentar controlar o viés, assim como o fazemos em outras partes da ciência. Segundo, o risco não deve ser exagerado. Os juízos intuitivos que os cientistas fazem sobre seus domínios tendem a estar em acordo. Para evidência em favor disso entre os linguistas, vejam Jon Sprouse e Diogo Almeida (no prelo). Para evidências entre os teóricos da referência, não precisamos olhar mais longe do que as reações às intuições de Kripke sobre os nomes. Essas intuições foram devastadoras para os tipos de teorias descritivistas dos nomes que eram as teorias padrão na época. No entanto, os filósofos que quiseram salvar as teorias descritivistas não rejeitaram as intuições, quer sobre casos rotineiros, quer sobre casos fantasiosos como o de Gödel, mas tentaram construir novas teorias descritivistas que fossem compatíveis com essas intuições (v. DEVITT e STERELNY, 1999, sec. 3.5 para discussão). E não é de se estranhar que, a despeito da permeação teórica, os especialistas tendam a compartilhar intuições, pois essas intuições não são determinadas simplesmente por um pano de fundo teórico: elas são determinadas em grande parte, esperamos, pela experiência da realidade desse domínio.

Terceiro, meu principal desacordo com Machery e colegas é que eles focam sua semântica experimental no teste das intuições de referência de qualquer pessoa. Sustentei que o foco deveria estar no teste do uso linguístico. Então eu discordo do seguinte:

[...] que os filósofos da linguagem devem imitar os linguistas, que estão cada vez mais substituindo a tradicional dependência informal em intuições próprias e de seus colegas por levantamentos experimentais sistemáticos das intuições dos falantes comuns. (MACHERY e STICH, 2012, p. 495)

As intuições sintáticas obtidas pelos linguistas são, na melhor das hipóteses, evidências indiretas da natureza da realidade sintática de que tratam. Os linguistas precisam de mais evidência direta e isso deve ser encontrado examinando o uso linguístico. A história para os filósofos é praticamente a mesma. As intuições de referência são, na melhor das hipóteses, evidências indiretas sobre a natureza da realidade referencial. Os filósofos precisam de evidência mais direta que pode ser encontrada examinando o uso linguístico. O foco da semântica experimental deve estar nisso. E é a isso que volto a minha atenção agora.

## 6. TESTANDO O USO

Como devemos testar teorias da referência diante do uso? Creio que devemos obter inspiração na linguística. Embora a metodologia padrão na linguística, como na filosofia, seja dominada pela atenção ao papel das intuições – demais até, na minha opinião (DEVITT, 2006a, p. 98-100) – a linguística é importantemente diferente da filosofia no sentido em que comumente reconhece o papel do uso como fonte de evidência. Assim, evidência para gramáticas é encontrada no *corpus* e na produção eliciada.<sup>22</sup> Tratarei cada um por sua vez.

## 6.1 O CORPUS

Enfatizei em outros trabalhos que uma fonte crucial de evidência sobre a sintaxe em linguística vem do *corpus*, a vasta massa de sons e inscrições linguísticas que falantes competentes produzem no dia a dia sem a indução de linguistas. Os linguistas observam essas performances e buscam respostas para perguntas como: “pessoas alguma vez dizem x?”; “como elas respondem a y?”; “em quais circunstâncias elas dizem z?” (DEVITT, 2006a, p. 98). Filósofos também podem se voltar ao *corpus* para evidências sobre a referência. Já exemplifiquei quão rica essa fonte poderia ser, em princípio, com um pouco do *corpus* fornecido, ironicamente, por Machery e colegas. Ao executarem seu trabalho, que é testar as intuições de referência das pessoas comuns, Machery e colegas usam o nome “Gödel” muitas vezes. Estes usos ocorrem em vinhetas apresentadas aos seus sujeitos experimentais. Machery e colegas são certamente tão competentes quanto qualquer pessoa com “Gödel” e, no entanto, assinalo, seu uso do nome na seguinte passagem é inconsistente com o que teorias descritivistas (padrão)<sup>23</sup> preveriam: “Suponhamos agora que Gödel não fosse o autor deste teorema. Um homem chamado “Schmidt”, cujo corpo foi encontrado em Viena em circunstâncias misteriosas há muitos anos, de fato fez o trabalho em questão” (2004, p. B6). Se a teoria descritivista fosse verdadeira, esse

22 Também em estudos de tempo de reação, rastreamento ocular e potenciais eletromagnéticos cerebrais. Talvez, os filósofos possam tirar inspiração desses experimentos também, mas não tenho a menor ideia de como.

23 Esta qualificação é necessária para excluir teorias que não estão na linha daquelas propostas por Frege, Russell e Searle. Então, estamos excluindo o que chamo de “descritivismo circular” e “descritivismo causal” (Devitt e Sterelny, 1999, p. 60-1). A qualificação deve ser tomada como valendo no que se segue.

proferimento seria anômalo. (Então, o experimento de Machery e colegas é tendencioso contra as teorias descritivistas).

Pois, se o uso de “Gödel” por [Machery e colegas] refere-se a este eminente lógico em virtude de associarem ao nome a descrição “o homem que provou a incompletude da aritmética”, essa passagem não seria algo que [eles] estariam dispostos a dizer. Eles não iriam, de uma só vez, se referir a Gödel e deixar de supor a base dessa referência. (DEVITT, 2011c, p. 28)

Fornecerei agora uma ilustração semelhante usando uma vinheta de um outro, mais recente, experimento. Este experimento, de James Genone e Tania Lombrozo (2012), foi concebido para testar teorias descritivistas e causais da referência para termos de espécies naturais e nominais.

Um estímulo que eles forneceram a alguns sujeitos do experimento incluiu o seguinte:

Há uma pequena ilha no Oceano Índico chamada “Alpha”. Os nativos de Alpha, chamados “alphianos”, às vezes contraem doenças não encontradas em qualquer outra parte da população humana. Quando isso acontece, eles consultam os médicos alphianos. Uma das doenças em Alpha é chamada “tylerite”.

#### **Fatos sobre a doença alphiana chamada “tylerite”:**

- A tylerite afeta os músculos e provoca dor muscular.
- A tylerite é causada exclusivamente pela exposição a um mineral raro.
- A tylerite pode ser diagnosticada com um exame de sangue.
- A tylerite pode ser curada por uma injeção.

Alex é um alphiano nativo. Alex ouviu falar pela primeira vez da tylerite quando seu tio a contraiu e ele ouviu outros membros da família discutindo isso. Alex sabe que a tylerite\* é uma doença e que pode causar dor. Alex também tem várias outras crenças sobre a tylerite\*.

#### **As crenças de Alex sobre a doença alphiana tylerite\*:**

- A tylerite\* afeta apenas as articulações e provoca dor nas articulações.

- A tylerite\* é causada por um vírus.
- A tylerite\* só pode ser diagnosticada com uma biópsia de tecido.
- A tylerite\* é incurável. (Asteriscos adicionados)

Todos os usos de Genone e Lombrozo do termo inventado “tylerite” que marquei com asteriscos são inconsistentes com o que as teorias descritivistas de “tylerite” preveriam.<sup>24</sup> (Então este experimento também é tendencioso contra as teorias descritivistas.)<sup>25</sup>

(A) Suponha que uma teoria descritivista fosse verdadeira de “tylerite”. Então sua referência seria determinada por descrições tiradas a partir daquelas usadas acima para descrever os “fatos” sobre a tylerite. Além disso, os usuários competentes com o termo têm que associar ao termo essas descrições, que determinam sua referência. Segue-se, então, que Alex não é competente com o termo. Pois, ao invés de associar essas descrições, ele associa descrições quase todas falsas da tylerite. Então, seus usos de “tylerite” não se referem à tylerite, mas a alguma outra coisa ou a nada.

(B) Em seguida, considere os usos de “tylerite” de Genone e Lombrozo que marquei. A que se referem esses usos? Dada a história, eles devem se referir à doença alphiana descrita na lista de “fatos”; isto é, os usos referem-se à tylerite. Pois, quando o termo é usado corretamente, é a isso que se refere e podemos supor que Genone e Lombrozo o estão usando corretamente: afinal de contas, eles o inventaram!

(C) Finalmente, Genone e Lombrozo têm algumas coisas interessantes a dizer com os usos marcados de “tylerite”. Essas observações dizem respeito às crenças de Alex. Começo com uma suposição: Genone e Lombrozo estão nos convidando a supor que baseiam suas opiniões

24 Curiosamente, em outra passagem, o uso de Genone e Lombrozo é inconsistente com o que uma teoria *causal* preveria: “As crenças de Bob foram sempre idênticas às de Alex” (2012, p. 725). Bob está em uma outra ilha, Brom, e tem várias crenças sobre uma doença encontrada somente em Brom e também chamada “tylerite”. Mas esta doença “afeta somente as juntas e causa dor nas juntas” e, então, é uma doença diferente daquela chamada “tylerite” em Alpha. Então, apesar de Bob e Alex expressarem suas crenças com palavras idênticas, suas crenças *não* são idênticas de acordo com a teoria causal, pois elas têm origens diferentes. (Semelhantemente, se Putnam estiver certo, quando Oscar e Oscar-gêmeo dizem “A água é refrescante” eles não expressam as mesmas crenças, pois uma é sobre H<sub>2</sub>O, a outra sobre XYZ.)

25 Notei isto anteriormente (2010d); para uma resposta, v. Genone e Lombrozo, 2012, p. 740, n. 24.

sobre essas crenças em grande medida, se não inteiramente, *no que Alex diz* ao usar “tylerite”. Com isso em mente, considere as observações deles sobre as crenças de Alex. (i) Uma delas é que “Alex [...] tem várias [...] crenças sobre a tylerite”. Devemos ver isso como refletindo a intuição de referência de Genone e Lombrozo sobre o uso de Alex de “tylerite”. Uma vez que eles são especialistas o suficiente, prevemos que sua intuição esteja certa (seção 5). No entanto, se “tylerite” fosse abarcada por uma teoria descritivista, essa intuição estaria errada: o uso de Alex de “tylerite” e, por conseguinte, as crenças que ele expressa com o termo não seriam sobre a tylerite – veja (A). Assim, a observação de Genone e Lombrozo é contrária ao que a teoria descritivista prevê. (ii) Ainda assim, volto-me ao *corpus* para um teste *diante do uso*, não diante de intuições de referência. Para este teste, devemos considerar as outras observações de Genone e Lombrozo. Estas atribuem crenças a Alex; por exemplo, atribuem a crença de que a tylerite é causada por um vírus. Mas se uma teoria descritivista fosse verdadeira de “tylerite”, estas não seriam crenças que Genone e Lombrozo estariam dispostos a atribuir. Pois, seus usos de “tylerite” e, por conseguinte, as crenças que atribuem a Alex são sobre a tylerite – veja (B) – e *no entanto* as crenças de Alex não seriam sobre a tylerite – veja (A). E, Genone e Lombrozo, como usuários competentes de “tylerite”, estão dispostos a atribuir crenças sobre a tylerite com base em usos de “tylerite” apenas a pessoas cujos usos se referem à tylerite. Isso é parte do que sua competência com “tylerite” envolve.

O tipo de raciocínio que está por trás do passo final poderia usar um pouco mais de elaboração. Vou fornecer isso na discussão da produção eliciada a seguir. Vou também chamar atenção a uma imperfeição preocupante no raciocínio: “o problema das aspas-irônicas-implícitas”.

Estes são dois exemplos de como podemos reunir evidências de uso no *corpus* sobre referência. Mas há dificuldades notórias em se usar o *corpus* como evidência. Primeiro, neste caso, é preciso observar algo nos fenômenos linguísticos que *seja* evidência para/contra alguma teoria da referência. Então, é preciso ter um registro disso, o que é problemático se for oral em vez de escrito. E pode ser necessário documentar um monte de informações sobre o falante e as circunstâncias. Ainda assim, os exemplos ilustram a massa de evidências que o *corpus* fornece, que *poderia* ser usada cientificamente. E indica o papel importante que o *corpus* desempenha como evidência informal sobre a referência.<sup>26</sup>

---

26 Argumentei algo semelhante sobre o papel evidencial do corpus em linguística como parte de uma

## 6.2 PRODUÇÃO ELICIADA

Felizmente, não precisamos nos basear no *corpus* para evidências diretas de uso: podemos *induzir* o uso de falantes competentes em situações experimentais. Considere esta descrição da “técnica de produção eliciada” na linguística:

Esta técnica envolve crianças em um jogo, tipicamente um em que as crianças fazem perguntas a um fantoche. O jogo orchestra situações experimentais que são concebidas para serem particularmente bem-sucedidas para a produção da estrutura alvo. Desta forma, as crianças são induzidas a produzir estruturas que de outra forma não apareceriam em sua fala espontânea. (THORNTON, 1995, p. 140)

Claramente, muitas evidências diretas poderiam ser obtidas dessa maneira. No entanto, inventar situações apropriadas em um experimento será provavelmente um negócio laborioso.

Propus uma técnica mais fácil de produção eliciada para a linguística. Em vez de *construir* situações para ver o que as pessoas dizem e compreendem nessas situações, “podemos *descrever* situações e perguntar às pessoas o que elas diriam ou entenderiam nessas situações” (DEVITT, 2006a, p. 99). Note que este método não é o método comum de se provocar *intuições metalinguísticas* sobre situações descritas, produzindo evidências indiretas sobre a linguagem. Em vez disso, ele provoca o *uso linguístico* em situações descritas, produzindo evidências diretas sobre a linguagem.<sup>27</sup> Sugerir recentemente que este método poderia fornecer uma rica fonte de evidências sobre a referência. Penso que esse seja o caminho a se seguir na semântica experimental (DEVITT, 2011c, p. 29-30).

O desafio, então, evidentemente, era conceber experimentos de produção eliciada que fariam isso. Minha discussão anterior sobre a semântica naturalizada em *Coming to our senses* (1996: cap. 2; e também 1994) suscitou uma ideia (DEVITT, 2011b, p. 430-2). Wesley Buckwalter, Kate Devitt e eu fizemos experimentos na linha dessa ideia. Começamos testando teorias da

---

resposta à tendência em linguística de se exagerar o papel dos juízos intuitivos dos falantes (2006a, p. 98-9).

27 Sumarizo minha discussão da evidência linguística: “a principal evidência para gramáticas não é encontrada nas intuições de falantes ordinários, mas sim em uma combinação do corpus, a evidência do que diríamos e entenderíamos e as intuições dos linguistas” (2006a, p. 100).

referência para nomes próprios, usando o nome “Beyoncé” como exemplo. Aqui está um resumo da ideia para o experimento:

1. Encontrar participantes que são “especialistas” em estrelas do pop em geral e Beyoncé em particular.

2. Apresentar duas vinhetas sobre um personagem, Dr. Marcus, no qual ele usa o nome “Beyoncé”. Em uma, ele associa ao nome descrições que de fato identificam Beyoncé; na outra, não, associando inclusive descrições *erradas*. Pedir aos participantes para explicar um determinado comportamento do personagem, Dr. Marcus.

3. Suposição. Os participantes, sendo “especialistas”, são usuários competentes do nome “Beyoncé”. Então, se uma participante usa “Beyoncé”, ela se referirá à estrela do pop. E se ela usa o nome (ou um pronome anafórico a ele) para atribuir um pensamento a Marcus de que Beyoncé é ... a fim de explicar seu comportamento, ela entendeu Marcus como tendo se referido a Beyoncé com o nome. Então, provavelmente, Marcus se referiu à Beyoncé.

4. Previsão descritivista: as diferenças nas descrições associadas nas duas vinhetas fará uma diferença na prontidão dos participantes em usar “Beyoncé” para atribuir pensamentos ao Dr. Marcus: elas estarão muito menos propensas a atribuir tais pensamentos na vinheta onde as descrições não identificam Beyoncé. Previsão anti-descritivista: as diferenças nas descrições associadas não farão diferença no uso.

Mais precisaria ser dito sobre porque a teoria descritivista prevê que os participantes não usariam “Beyoncé” para atribuir crenças ao Dr. Marcus. Primeiro, note que a previsão não se baseia em quaisquer suposições sobre o status evidencial de intuições de referência, intuições que empreguem o conceito teórico de *referência* (DEVITT, 2011c, p. 30). Então, no que ela se baseia? A ideia é que ela se baseia simplesmente na *suposição de que os participantes são competentes com o nome “Beyoncé”*. Em que consiste essa competência? (a) Com base em uma posição relativamente neutra teoricamente sobre os pensamentos, esta competência é a capacidade de usar a inscrição “Beyoncé”<sup>28</sup> para expressar uma parte de um pensamento que se refere à famosa cantora; e a capacidade de atribuir a uma inscrição “Beyoncé” que se refira à cantora no con-

---

28 Similarmente, é claro, o som /Beyoncé/ etc. Tome esta adição como pressuposta no que se segue. Meu foco são inscrições porque elas são aquilo com o que estamos lidando no experimento.

texto do proferimento uma parte de um pensamento que se refere à cantora. (b) Adicionando mais teoria ao supor a Teoria Representacional da Mente (RTM), podemos simplificar: a competência é a capacidade de traduzir em ambas direções as representações mentais da cantora Beyoncé e “Beyoncé”. (c) Adicionando ainda mais teoria ao supor a Hipótese da Linguagem do Pensamento (LOTH): a competência é a capacidade de traduzir em ambas direções entre a palavra mental <Beyoncé> referindo-se à cantora e “Beyoncé”. Como resultado dessa competência, assumindo LOTH por conveniência, um participante tende, ao entender um proferimento contendo “Beyoncé”, a formar um pensamento contendo <Beyoncé> se, e somente se, o proferimento se refere à cantora. E, como resultado dessa competência, sua produção de um proferimento contendo “Beyoncé” se referirá à cantora se, e somente se, for produzido por um pensamento contendo <Beyoncé>. *Isto é simplesmente como sua competência com “Beyoncé” se manifesta.* Assim, com base nesta suposição de sua competência, nós teóricos podemos então concluir que ela tenderá a usar o nome “Beyoncé” em sua descrição dos estados mentais que explicam o comportamento do Dr. Marcus se, e somente se, o uso do Dr. Marcus do nome se refere à cantora. Nossa conclusão não se baseia em qualquer suposição de que a participante tenha qualquer pensamento sobre a referência de “Beyoncé”; ela simplesmente pensa quaisquer pensamentos que sejam expressos nos proferimentos contendo “Beyoncé” que ela está entendendo e produzindo.

### 6.3 O PROBLEMA DAS ASPAS-IRÔNICAS-IMPLÍCITAS

Tive uma preocupação sobre essa linha de pensamento desde o início. Como uma participante “especialista” *indicaria* que pensa que um personagem que associa descrições “incorretas” a uma expressão “E”, com base nisso, *não* acredita/espera/indaga se/etc ... E ...? Isto é, suponha que uma teoria descritivista para “E” seja *correta*, qual seria a resposta prevista? A previsão é que, porque o personagem não associa as descrições que determinam o significado e a referência de “E”, as participantes deveriam tratar o personagem como não usando “E” de maneira convencional e não se referindo a E. Mas a questão difícil é: *como as participantes indicariam isso?* Aqui estão algumas das ideias que surgiram para Dr. Marcus-“Beyoncé”:

(a) “Dr. Marcus não sabe sobre quem está falando com “Beyoncé””

- (b) “Dr. Marcus não está falando sobre Beyoncé”
- (c) “Dr. Marcus está pensando sobre outra pessoa”
- (d) “Dr. Marcus acha que o convite é para alguém que ele erroneamente chama de “Beyoncé”
- (e) Qualquer explicação onde o nome “Beyoncé” ocorre está em aspas irônicas.

Uma preocupação sobre essas possíveis respostas é que pelo menos duas delas, (b) e (c), são expressões de intuições de referência e, no entanto, a ideia era testar teorias diante do uso e não diante de intuições de referência. (e) suscita uma questão mais preocupante. Mesmo quando as descrições associadas pelo personagem são falsas de E, e uma participante responde que o personagem, digamos, “acredita que ... E ...”, isso pode ser consistente com uma teoria descritivista de “E” *porque a participante pode, sem chamar a atenção para isso, estar se distanciando do uso: pode haver aspas irônicas implícitas.*

Histórias como a seguinte dão uma ideia do problema das aspas irônicas implícitas. Suponha que a palavra “raposa” (fêmea) seja realmente abarcada por uma teoria descritivista, como é provável. Agora imagine que Harry está em uma casa onde se fala de uma raposa-fêmea no jardim. Torna-se rapidamente evidente a partir de observações hilariantes de Harry usando a palavra “raposa” que ele tem uma crença que ele expressaria por “raposas são tigres”. Harry então sai exasperadamente da casa no momento em que Sam está entrando. Não poderíamos explicar a Sam o comportamento de Harry dizendo: “Harry pensa que há uma raposa feroz no jardim”? Ao fazê-lo, há aspas irônicas implícitas em torno de “raposa”, indicando, como coloca a Wikipédia, que a expressão “pode não significar seu significado aparente ou que não é necessariamente a maneira como a pessoa que cita expressaria o conceito”; estamos descrevendo a crença de Harry da maneira que *ele* o faria apesar de sermos críticos do seu uso; estamos nos distanciando do uso. Portanto, nosso simples uso do termo “raposa” *não* mostra que entendemos Harry como tendo se referido a raposas, portanto não conta contra a teoria descritivista de “raposa”. De fato, se nosso uso tem aspas irônicas, isso é evidência em favor da teoria descritivista. Isso vai de encontro à suposição 3 no resumo acima.

Embora estivéssemos claramente cientes do problema das aspas-irônicas-implícitas, nosso experimento preliminar da Beyoncé não o considerou. Isso põe em dúvida o suporte aparen-

mente decisivo que ele deu ao anti-descritivismo kripkiano.<sup>29</sup> Para ter uma ideia melhor de quão sério esse problema era, decidimos complicar nosso próximo conjunto de experimentos. Não apenas testaríamos o uso eliciando uma explicação de comportamento, como no experimento preliminar da Beyoncé, mas também testaríamos o uso oferecendo uma escolha de explicações, selecionadas com o objetivo de mostrar se de fato haviam aspas irônicas implícitas no uso eliciado.

Esses experimentos abrangiam não apenas nomes próprios, mas também termos de espécie para artefatos, que me parecem muito mais interessantes do que os nomes próprios. Os filósofos têm fortes intuições kripkianas sobre a referência dos nomes próprios, intuições que favorecem teorias anti-descritivistas. Em contraste, temos pouco em termos de intuições sólidas sobre a referência de termos de espécie para artefatos. Realmente não temos muita ideia de que tipo de teoria é correta para esses termos (DEVITT e STERELNY, 1999, p. 93-100).

Os resultados desses experimentos foram desconcertantes e certamente não poderíamos tirar deles quaisquer conclusões interessantes sobre a referência. Mas aprendemos uma coisa: o problema das aspas-irônicas-implícitas é bastante real. Os resultados pareceram, com efeito, confirmar que estávamos certos em estar preocupados com participantes que se afastam do uso. Portanto, essa maneira de testar o uso pela produção eliciada é problemática.

Esses experimentos dão suporte à ideia de que sempre que uma pessoa *x* atribui pensamentos a outra pessoa *y*, há um risco real de aspas irônicas implícitas, um risco de *x* descrever o pensamento de *y* da maneira como *y* o faria, ao mesmo tempo se distanciando desse uso. Este risco pode estar presente não somente na obtenção de evidências de produção eliciada, mas também a partir do *corpus*. Portanto, há uma falha no raciocínio anterior sobre os usos de Genone e Lombrozo de “tylerite” em atribuições de crença a Alex (seção 6.1). Esses usos são inconsistentes com o que teorias descritivistas preveriam apenas no pressuposto de que os usos não estão implicitamente acompanhados por aspas irônicas. Essa suposição pode ser falsa.

Nosso outro exemplo de evidência do *corpus* contra uma teoria descritivista foi fornecido pelos usos de “Gödel” por Machery e colegas. Deveríamos estar preocupados com aspas irônicas implícitas aqui também? Suspeito que não. Esses usos não estão em atribuições de pensamen-

---

<sup>29</sup> Nat Hansen enfatizou esta preocupação em comentários ao experimento.

tos a outrem. Não parece haver qualquer razão para Machery e colegas quererem se distanciar de seu próprio uso.

#### 6.4 O FUTURO

Para onde vamos daqui? O mais importante é que devemos resistir à resposta reacionária de simplesmente apoiar nossas teorias da referência em intuições de referência. Um problema com tal resposta é que, como o caso dos termos de espécie para artefatos ilustra, simplesmente não temos as intuições que poderiam executar esse trabalho para vários termos. Mas o problema mais profundo é que nos apoiarmos em intuições de referência não é cientificamente respeitável. As teorias da referência, como todas as teorias científicas, precisam ser testadas diretamente diante da realidade a que dizem respeito. Essa realidade para as teorias da referência deve ser encontrada no uso linguístico.

Portanto, temos de produzir maneiras de testar teorias da referência diante do uso linguístico. Experimentos ao longo das linhas de nosso experimento preliminar da Beyoncé não foram um sucesso. Podemos chegar a uma modificação disso que resolve o problema das aspas-irônicas-implícitas? Para isso precisamos produzir uma maneira confiável de detectar quando as pessoas estão se distanciando da linguagem usada ao atribuírem pensamentos. Talvez possamos descobrir isso testando teorias descritivistas que, intuitivamente, parecem prováveis de serem verdadeiras; por exemplo, uma teoria descritivista de “raposa”. Alternativamente, talvez devêssemos abandonar completamente a ideia de testar o uso em atribuições de pensamentos, dado o problema das aspas-irônicas-implícitas que a ideia gera. Então, precisamos encontrar algum outro tipo de teste de uso que seja relativamente livre desse problema. Podemos obter inspiração aqui a partir do exemplo do *corpus* fornecido por Machery e colegas?

#### 7. CONCLUSÃO

Precisamos de teorias da referência porque as relações de referência, pensa-se em geral, são relações explanatoriamente importantes em teorias da linguagem. Isso dá origem à questão que ocupou este trabalho: como devemos testar teorias da referência?

A posição padrão é que devemos testá-las por meio de intuições de referência. E as intuições usadas têm sido as dos filósofos. Machery e colegas (2004) se perguntam porque é apropriado confiar nas intuições dos filósofos em vez de naquelas das pessoas comuns. Eu me pergunto porque é apropriado confiar em intuições de referência em absoluto.

É comum que filósofos pensem que sua prática de se basear em intuições de referência é adequada porque são a priori. Argumentei contra essa posição. Stich sugeriu outra justificativa para a prática: os filósofos poderiam seguir os linguistas ao pensar que as intuições linguísticas são “a voz” da nossa competência linguística. Argumentei contra essa posição também e, em vez disso, exortei a “Explicação Modesta” das intuições.

De acordo com a Explicação Modesta, intuições de referência são respostas empíricas do processador central permeadas por teoria, dirigidas a fenômenos linguísticos, diferindo de muitas outras respostas apenas por serem relativamente imediatas e não-reflexivas. Portanto, devemos confiar nas intuições somente na medida em que sejam indicadores confiáveis da natureza da realidade linguística. E, na melhor das hipóteses, elas são apenas evidências indiretas. Deveríamos estar buscando evidências mais diretas examinando a realidade linguística sobre a qual essas intuições são: precisamos examinar o uso linguístico. Os resultados deste exame direto podem então também ser usados para avaliar a confiabilidade das intuições de referência.

Eu generosamente incluí todos os juízos perceptivos imediatos entre as intuições, com o resultado de que todas as nossas teorias se baseiam em última análise em intuições de algum tipo. Assim, o contraste entre a evidência indireta e a evidência direta para uma teoria da referência torna-se uma distinção entre intuições. A evidência indireta vem de intuições de *referência*, enquanto a direta vem de juízos perceptivos imediatos, particularmente aqueles sobre o uso, que não empregam conceito algum de referência; por exemplo, a partir do juízo que Jack disse “Einstein era um físico”.

As intuições de referência diferem entre si de várias maneiras relevantes. Há as perceptivas, as de memória e as formadas em experimentos de pensamento. Entre as últimas há aquelas sobre casos hipotéticos rotineiros e aquelas sobre casos hipotéticos fantasiosos. E entre todas elas há diferenças no grau em que sua confiabilidade depende da especialização. Conjeturo que as intuições de referência sobre casos rotineiros, sejam elas perceptivas ou não, tendem a ser

bastante confiáveis sem muita especialização sobre a linguagem. Em contraste, as intuições de referência sobre casos hipotéticos fantasiosos, como os casos “Gödel” testados por Machery e colegas, provavelmente requerem um bocado de especialização.

Finalmente, abordei o problema de se testar teorias da referência mais diretamente pela evidência do uso linguístico. Uma fonte dessa evidência é o *corpus*. Ilustro isso com parte do material usado por Genone e Lombrozo em seu experimento que testa teorias da referência. Muitos de seus usos do termo inventado “tylerite” parecem inconsistentes com o que teorias descritivistas de “tylerite” preveriam. Mas há notórias dificuldades em se usar o *corpus* como evidência. Assim, propus, os filósofos deveriam seguir a linguística em usar o método da produção eliciada para testar suas teorias da linguagem. Mas até agora se mostrou difícil encontrar um teste experimental satisfatório devido ao problema das “aspas-irônicas-implícitas”. O problema é que a produção eliciada, com efeito o *corpus*, fornece as evidências de que precisamos apenas se os falantes não estão se distanciando implicitamente de seu próprio uso. Precisamos de experimentos que controlem este problema. Os experimentos conduzidos até agora não conseguiram isso.<sup>30</sup>

## Referências

ANTONY, Louise. (2008), Meta-Linguistics: methodology and ontology in Devitt’s Ignorance of Language. *Australasian Journal of Philosophy*, 86, p. 643-56.

BARBER, Alex (Org.). (2003). *Epistemology of Language*. Oxford: Oxford University Press.

CAPPELEN, Herman. (2012). *Philosophy without Intuitions*. Oxford: Oxford University Press.

CHOMSKY, Noam. (1986). *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger Publishers.

\_\_\_\_\_. (1995). Language and nature. *Mind*, 104, p. 1-61.

---

30 A primeira versão deste trabalho foi apresentada como Palestra Presidencial do 39º Encontro da Sociedade para Filosofia e Psicologia da Universidade de Brown, em junho de 2013. Reconheço o suporte do Ministerio de Economía y Competitividad da Espanha. (“Reference, selfreference, and empirical data” FFI2011-25626). Por último, muito obrigado a Mark Phelan por comentários úteis à penúltima versão.

- \_\_\_\_\_. (1996). *Powers and Prospects: Reflections on Human Nature and the Social Order*. Boston: South End Press.
- COLLINS, John. (2006). Between a rock and a hard place: A dialogue on the philosophy and methodology of generative linguistics. *Croatian Journal of Philosophy*, VI, p. 469-503.
- \_\_\_\_\_. (2008a). Knowledge of language redux. *Croatian Journal of Philosophy*, VIII, p. 3-43.
- \_\_\_\_\_. (2008b). A note on conventions and unvoiced syntax. *Croatian Journal of Philosophy*, VIII, p. 241-7.
- CULBERTSON, Jennifer; GROSS, Steven. (2009). Are linguists better subjects? *British Journal for the Philosophy of Science*, 60, p. 721-36.
- DEUTSCH, Max. (2009). Experimental philosophy and the theory of reference. *Mind and Language*, 24, p. 445-66.
- DEVITT, Michael. (1981). *Designation*. New York: Columbia University Press.
- \_\_\_\_\_. (1994). The methodology of naturalistic semantics. *The Journal of Philosophy*, 91, p. 545-72.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Coming to Our Senses: A Naturalistic Program for Semantic Localism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. (1998). Naturalism and the a priori. *Philosophical Studies*, 92, p. 45-65 (reimpresso em DEVITT, 2010c).
- \_\_\_\_\_. (2003). Linguistics is not psychology. In: BARBER, Alex (Org.) *Epistemology of Language*. Oxford: Oxford University Press, p. 107-39.
- \_\_\_\_\_. (2006a). *Ignorance of Language*. Oxford: Clarendon Press.
- \_\_\_\_\_. (2006b). Intuitions in linguistics. *British Journal for the Philosophy of Science*, 57, p. 481-513.
- \_\_\_\_\_. (2006c). Defending Ignorance of Language: responses to the Dubrovnik papers. *Croatian Journal of Philosophy*, VI, p. 571-606.
- \_\_\_\_\_. (2006d). Intuitions. In: PIN, V.G.; GALPARASO, J.I.; ARRIZABALAGA, G. (Org.). *Ontology Studies Cuadernos de Ontologia: Proceedings of VI International Ontology Congress* (San Sebastian, 2004). San Sebastian: Universidad del Pais Vasco, p. 169-76 (reimpresso em Devitt 2010c).
- \_\_\_\_\_. (2008a). Explanation and reality in linguistics. *Croatian Journal of Philosophy*, VIII, p. 203-31.
- \_\_\_\_\_. (2008b). A response to Collins' note on conventions and unvoiced syntax. *Croatian Journal of Philosophy*, VIII, p. 249-55.

- \_\_\_\_\_. (2008c). Methodology in the philosophy of linguistics. *Australasian Journal of Philosophy*, 86, p. 671-84.
- \_\_\_\_\_. (2009). Psychological conception, psychological reality: A response to Longworth and Slezak. *Croatian Journal of Philosophy*, IX, p. 35-44.
- \_\_\_\_\_. (2010a). What "intuitions" are linguistic evidence? *Erkenntnis*, 73, p. 251-64.
- \_\_\_\_\_. (2010b). Linguistic intuitions revisited. *British Journal for the Philosophy of Science*, 61, p. 833-65.
- \_\_\_\_\_. (2010c). *Putting Metaphysics First: Essays on Metaphysics and Epistemology*. Oxford: Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_. (2010d). *Comments on Genone and Lombrozo*. Apresentado na conferência da Sociedade para Filosofia e Psicologia, Portland (OR), junho de 2010.
- \_\_\_\_\_. (2011a). No place for the a priori. In: SHAFFER, M.J.; VEBER, M.L. (Org). *What Place for the A Priori?* Chicago e La Salle: Open Court Publishing Company, p. 9-32 (reimpresso em Devitt 2010c).
- \_\_\_\_\_. (2011b). Experimental semantics. *Philosophy and Phenomenological Research*, LXXXII, p. 418-35.
- \_\_\_\_\_. (2011c). Whither experimental semantics? *Theoria*, 27, p. 5-36.
- \_\_\_\_\_. (2012a). The role of intuitions. In: RUSSELL, Gillian; FARA, D. G. (Org.). (2012). *The Routledge Companion to the Philosophy of Language*. New York: Routledge, p. 554-65.
- \_\_\_\_\_. (2012b). Semantic epistemology: response to Macher. *Theoria*, 74, p. 229-33.
- \_\_\_\_\_. (2013a). Linguistic intuitions are not "the voice of competence". In: HAUG, Matthew. (Org.). (2013). *Philosophical Methodology: The Armchair or the Laboratory?* London: Routledge, p. 268-93.
- \_\_\_\_\_. (2013b). What makes a property "semantic"? In: CAPONE, Alessandro; PIPARO, F.L.; CARAPEZZA, Marco. (Org.). *Perspectives on Pragmatics and Philosophy*. Cham: Springer, p. 87-112.
- \_\_\_\_\_. (2014a). We don't learn about the world by examining concepts: a response to Carrie Jenkins. In: NETA, R. *Current Controversies in Epistemology*. New York: Routledge, p. 23-34.
- \_\_\_\_\_. (2014b). Lest auld acquaintance be forgot. *Mind and Language*, 29 (4), p. 475-484.
- \_\_\_\_\_. (2014c). Linguistic intuitions: in defense of "Ordinarism". *European Journal of Analytic Philosophy*, 10 (2), p. 7-20.
- \_\_\_\_\_. (no prelo), Philosophy without intuitions? A response to Herman Cappelen'. *Inquiry*.
- DEVITT, Michael; STERELNY, Kim. (1999). *Language and Reality: An Introduction to the Philosophy of*

*Language*. 2ª ed. (1ª ed. 1987). Oxford: Blackwell Publishers.

DONNELLAN, K. S. (1972). Proper names and identifying descriptions. In: DAVIDSON, Donald; HARMAN, Gilbert. (Org.). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: D. Reidel, p. 356-79.

DUMMETT, Michael. (1978). *Truth and Other Enigmas*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

DWYER, Susan; PIETROSKI, Paul. (1996). Believing in language. *Philosophy of Science*, 63, p. 338-73.

FITZGERALD, Gareth. (2010). Linguistic intuitions. *British Journal for the Philosophy of Science*, 61, p. 123-60.

GENONE, James; LOMBROZO, Tania. (2012). Concept possession, experimental semantics, and hybrid theories of reference. *Philosophical Psychology*, 25, p. 717-42.

GROSS, Steven; CULBERTSON, Jennifer. (2011). Revisited linguistic intuitions. *British Journal for the Philosophy of Science*, 62, p. 639-56.

HAUG, Matthew. (Org.). (2013). *Philosophical Methodology: The Armchair or the Laboratory?* London: Routledge.

HAWTHORNE, John; MANLEY, David. (2012). *The Reference Book*. Oxford: Oxford University Press.

HINTIKKA, Jaakko. (1999). The emperor's new intuitions. *The Journal of Philosophy*, 96, p. 127-47.

ICHIKAWA, Jonathan; MAITRA, Ishani; WEATHERSON, Brian. (2011). In defense of a Kripkean dogma. *Philosophy and Phenomenological Research*, 82, p. 418-35.

JACKMAN, Henry. (2009). Semantic intuitions, conceptual analysis, and cross-cultural variation. *PHILOSOPHICAL STUDIES*, 146, p. 159-77.

KATZ, Jerrold. (1997). Analyticity, necessity, and the epistemology of semantics. *Philosophy and Phenomenological Research*, 57, p. 1-28.

KRIPKE, S. A. (1980). *Naming and Necessity*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

LAURENCE, Stephen. (2003). Is linguistics a branch of psychology? In: BARBER, 2003, p. 69-106.

LOAR, Brian. (1987). Subjective intentionality. *Philosophical Topics*, 15, p. 89-124.

LUDLOW, Peter. (2011). *The Philosophy of Generative Linguistics*. Oxford: Oxford University Press.

LUDWIG, Kirk. (2007). The epistemology of thought experiments: First-Person approach vs. third-person approach. *Midwest Studies in Philosophy*, 31, p. 128-59.

MCKINSEY, Michael. (1987). Apriorism in the philosophy of language. *Philosophical Studies*, 52, p. 1-32.

\_\_\_\_\_. (1994). Individuating Belief. In: TOMBERLIN, James. (Org.) *Philosophical Perspectives, 8: Logic and Language*. Atascadero, CA: Ridgeview Publishing Company.

MACHERY, Edouard. (2011). Expertise and intuitions about reference. *Theoria*, 27, p. 37-54.

\_\_\_\_\_. (2012). Semantic epistemology: A brief response to Devitt'. *Theoria*, 74, p. 223-7.

MACHERY, Edouard; MALLON, Ron; NICHOLS, Shaun; STICH, Stephen (2004). Semantics, cross-cultural style. *Cognition*, 92, p. B1-B12.

\_\_\_\_\_. (2013), 'If folk intuitions vary, then what?' *Philosophy and Phenomenological Research*, 86, p. 618-35.

MACHERY, Edouard; STICH, Stephen (2012). The role of experiments in the philosophy of language. In: RUSSELL and FARA, 2012, p. 495-512.

MARTÍ, Genoveva. (2009). Against semantic multi-culturalism. *Analysis*, 69, p. 42-48.

\_\_\_\_\_. (2014). Empirical data and the theory of reference. In: O'ROURKE, Michael. (Org.). *Topics in Contemporary Philosophy, Volume 10: Reference and Referring*. Cambridge, MA: MIT Press.

MATTHEWS, R. J. (2006). Could competent speakers really be ignorant of their language? *Croatian Journal of Philosophy*, VI, p. 457-67.

MAYNES, Jeffrey; GROSS, Steven. (2013). Linguistic intuitions. *Philosophy Compass*, 8/8, p. 714-30.

MIŠČEVIĆ, Nenad. (2006). Intuitions: The discrete voice of competence. *Croatian Journal of Philosophy*, VI, p. 523-548.

\_\_\_\_\_. (2009). Competent voices: A theory of intuitions. <http://oddelki.ff.uni-mb.si/filozofija/en/festschrift>.

OSTERTAG, Gary. (2013). The "Gödel" effect. *Philosophical Studies*, 166, p. 65-82.

PIETROSKI, Paul. (2008). Think of the children. *Australasian Journal of Philosophy*, 86, p. 657-69.

RATTAN, Gurpreet. (2006). The knowledge in language. *Croatian Journal of Philosophy*, VI, p. 505-21.

REY, Georges. (2006). Conventions, intuitions and linguistic inexistents: a reply to Devitt. *Croatian Journal of Philosophy*, VI, p. 549-69.

\_\_\_\_\_. (2013). The possibility of a naturalistic Cartesianism regarding intuitions and introspection. In: HAUG, Matthew. (Org.). (2013). *Philosophical Methodology: The Armchair or the Laboratory?* London: Routledge, p. 243-67.

RUSSELL, Gillian; FARA, D. G. (Org.). (2012). *The Routledge Companion to the Philosophy of Language*. New York: Routledge.

- SLOBODCHIKOFF, C. N. (2002). Cognition and communication in prairie dogs. In: ALLEN, Colin; BURCHARDT, G. M. (Org.). *The Cognitive Animal: Empirical and Theoretical Perspectives on Animal Cognition*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 257-64.
- SMITH, B. C. (2006). Why we still need knowledge of language. *Croatian Journal of Philosophy*, VI, p. 431-56.
- SPROUSE, Jon.; ALMEIDA, Diogo. (no prelo). The role of experimental syntax in an integrated cognitive science of language. In: GROHMANN, Kleanthes; BOECKX, Cedric. (Org.). *The Cambridge Handbook of Biolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- STICH, Stephen. (1983). *From Folk Psychology to Cognitive Science: The Case Against Belief*. Cambridge, MA: Bradford/MIT Press.
- \_\_\_\_\_. (1996). *Deconstructing the Mind*. New York: Oxford University Press.
- SYTSMA, Justin; LIVENGOOD, Jonathan. (2011). A new perspective concerning experiments on semantic intuitions. *Australasian Journal of Philosophy*, 89, p. 315-32.
- TEXTOR, Mark. (2009). Devitt on the epistemic authority of linguistic intuitions. *Erkenntnis*, 71, p. 395-405.
- THORNTON, Rosalind. (1995). Referentiality and wh-movement in child English: Juvenile D-Linkuency. *Language Acquisition*, 4, p. 139-75.
- WEINBERG, J. M; GONNERMAN, Chad; BUCKNER, Cameron; ALEXANDER, Joshua. (2010). Are philosophers expert intuiters? *Philosophical Psychology*, 23, p. 331-55.
- WILLIAMSON, Timothy. (2007). *The Philosophy of Philosophy*. Oxford: Blackwell Publishing.
- WISNIEWSKI, E. J. (1998). The psychology of intuitions. In: DEPAUL, M.R.; RAMSEY, William. (Org.) *Rethinking Intuition: The Psychology of Intuition and Its Role in Philosophical Inquiry*. London: Rowan and Littlefield Publishers, p. 45-58.

RESUMO

*Como devemos testar teorias de referência? A prática aceita é testá-las diante das intuições de referência dos filósofos. Machery e colegas (2004) se perguntam por que é apropriado confiar nas intuições dos filósofos em vez de naquelas das pessoas comuns. Eu me pergunto por que é apropriado confiar em intuições de referência em absoluto. Não devemos seguir a posição filosófica comum de que essas intuições são a priori. Os filósofos poderiam seguir os linguistas em pensar que as intuições linguísticas são “a voz” da nossa competência linguística. Mas essa posição é falsa. Em vez de confiar exclusivamente na evidência indireta das intuições, as teorias da referência precisam de evidências diretas advindas do uso linguístico. Este trabalho considera os problemas em se fazer isso.*

**Palavras-chave:** referência, intuições, a priori, uso linguístico, produção eliciada.

ABSTRACT

*How should we test theories of reference? The accepted practice is to test them against the referential intuitions of philosophers. Machery et al (2004) wonder why it is appropriate to rely on the intuitions of philosophers rather than those of the folk. I wonder why it is appropriate to rely on referential intuitions at all. We should not go along with the common philosophical view that these intuitions are a priori. Philosophers might follow linguists in thinking that linguistic intuitions are “the voice” of our linguistic competence. But this view is false. Rather than relying solely on the indirect evidence of intuitions, theories of reference need direct evidence from linguistic usage. The paper considers the problems of doing this.*

**Keywords:** reference, intuitions, a priori, linguistic usage, elicited production.

Recebido em outubro de 2014  
Aprovado em fevereiro de 2015